

Superior Tribunal de Justiça

RECLAMAÇÃO Nº 38.389 - SP (2019/0193028-9)

RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO
RECLAMANTE : MARIA APARECIDA CARES FERNANDES
ADVOGADOS : CARLOS ALBERTO FERNANDES E OUTRO(S) - SP057203
ALAN FRANCISCO MARTINS FERNANDES - SP282472
THIAGO FRANCISCO MARTINS FERNANDES - SP303263
RECLAMADO : JUIZ DE DIREITO DA 1A VARA CÍVEL DE MARÍLIA - SP
INTERES. : ASSOCIAÇÃO DE ENSINO DE MARÍLIA LTDA
ADVOGADOS : JEFFERSON LUÍS MAZZINI - SP137721
NILCIMARA DOS SANTOS ISHII - SP269458
GISELE LOPES DE OLIVEIRA - SP226125

DESPACHO

De acordo com a própria inicial, esta reclamação foi proposta *NOS AUTOS DO AGRAVO INTERNO EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.445.002* (e-STJ, fl. 3).

O pedido formulado foi no seguinte sentido:

para que no mérito seja JULGADA PROCEDENTE A RECLAMAÇÃO em questão, e, por consequência, seja cancelada a decisão reclamada, por meio de reavaliação da decisão do v. acórdão e sentença, para o fim de reconhecer que houve violação de decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça, tendo em vista que não há que se falar em penhora de proventos de aposentadoria, conforme acima exposto e documentos anexos (acórdãos)
(e-STJ, fl. 12).

Ocorre, todavia, que o AREsp nº 1.445.002, cuja decisão se pretende que "seja cancelada" foi por mim relatado e portou a seguinte ementa quando do julgamento do agravo interno interposto:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. INOBSERVÂNCIA DO ART. 1.021, § 1º, DO NCPC E INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 182 DO STJ. ENTENDIMENTO DA CORTE ESPECIAL. AGRAVO INTERNO NÃO CONHECIDO.

1. Aplica-se o NCPC a este julgamento ante os termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no

Superior Tribunal de Justiça

CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

2. O agravo interno não impugnou as razões da decisão agravada, pois não refutou, de forma fundamentada, a ausência de violação ou negativa de vigência ou contrariedade de lei federal, a incidência da Súmula nº 7 do STJ e a ausência ou deficiência de cotejo analítico, que levaram ao não conhecimento do agravo anteriormente manejado contra o não seguimento do especial articulado. Inobservância do art. 1.021, § 1º, do NCPC e incidência da Súmula nº 182 do STJ.

3. Agravo interno não conhecido.
(DJe de 12/6/2019).

Nessas condições, DECLARO IMPEDIMENTO.

Publique-se.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

MINISTRO MOURA RIBEIRO
RELATOR